

---

**Ata Numero Dois de Dois Mil e Doze**

Aos trinta dias do mês de Abril de Dois Mil e Doze, reuniu a Assembleia Municipal em sessão ordinária no auditório Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- Ponto um – Período antes da ordem do dia; -----
- Ponto dois – Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes; -----
- Ponto três – Assunção de compromisso e dos pagamentos em atraso das entidades Públicas segundo a alínea a) e b) do nº1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro – tomada de conhecimento; -----
- Ponto quatro – Documentos de Prestação de Contas e Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do ano de Dois Mil e Onze – Proposta de Aprovação;
- Ponto cinco – período aberto ao público;-----

Presentes os membros Eduardo Cassiano Nogueira Pinto de Miranda, Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Carvalho Kendall, primeiro Secretário, Paulo Jorge Lacerda Cabral das Neves Lopes, segundo Secretário, Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio, Júlio da Fonseca Esteves, António César Vicente Nunes, Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves, Carlos Manuel Pombo Soares Silva, André Filipe Miranda Monteiro, Manuel Pinto de Sousa ( PS ), Maximiano Pereira Correia, Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, Altino de Sousa, Maria Teresa Freitas Alves Lúcio, Victor Manuel Vieira Oliveira, Jorge Emanuel Machado Alves Cardoso, José Monteiro da Fonseca, Elisabete Maria Silva Custódio, Manuel José Miranda Ferreira, José Maria Cardoso Carreira, Arnaldo Ribeiro de Queirós (PPD/PSD). -----

Presenças dos membros da Câmara Municipal: Alberto Pereira Monteiro, Presidente da Câmara, Nuno Vasco de Almeida Machado (PS), António José Rodrigues Teixeira (PPD/PSD). -----

O Presidente da Assembleia abriu a sessão às vinte e uma horas e vinte minutos, colocando à votação a ata anterior, a qual foi aprovada por maioria com quatro abstenções. -----

Dando seguimento aos trabalhos o senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto número um, lendo a declaração entregue pelo senhor Deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, que se encontra em anexo. Pedindo a palavra, o senhor Deputado Maximiano Pereira Correia lembrou a questão colocada em anterior Assembleia sobre a contratação de um jornalista que teria ficado sem resposta, afirmando que a resposta era agora dada pela ata de reunião de Câmara número seis de dois mil e doze, sendo que cada um deveria tirar as suas conclusões. Gostaria ainda de saber o valor do contrato de

assessoria realizado com um advogado, referido na mesma ata, uma vez que não vem lá o valor. Pedindo a palavra a senhora Deputada Maria Teresa Freitas Alves Lúcio questionou o senhor Presidente da Câmara sobre a abertura da estrada inaugurada pelo senhor Presidente da República, uma vez que se encontra novamente fechada. Pediu esclarecimento ainda sobre a recolha de lixo, pois este não tem sido recolhido com a mesma assiduidade. Tomando a palavra, o senhor Presidente da Câmara passou a responder às questões colocadas, referindo que o senhor jornalista a que se refere foi contratado como "jornaleiro" pela anterior Câmara, pois recebia trinta mil euros por ano para fazer recados políticos. Agora que foi contratado como jornalista e que vai receber sete mil e duzentos euros ano, consideram muito dinheiro. Quanto ao senhor advogado tratou-se de uma renovação, salvo erro de oitocentos euros, sendo mais barato que a assessoria contratada pela anterior administração, com um advogado de Resende. Relativamente às questões da senhora Deputada Maria Teresa, este afirmou que entretanto foram colocados sinais de trânsito e julga que estão a preparar as pinturas do piso. No que diz respeito à recolha de lixo, tem conhecimento de alguns problemas pontuais. Em reunião realizada esta semana com a empresa, foram colocadas estas questões. A empresa enfrenta dificuldades devido a um processo colocado pela SUMA, que fazia anteriormente este serviço. Afirmou que o contrato é da Associação de Municípios e está a ser acompanhado. Aparentemente a penhora sobre créditos está resolvida e o serviço contratado é idêntico ao anterior. Pediu a palavra o senhor Deputado Carlos Pombo Soares Silva, chamando a atenção para o facto do contrato referido como sendo com um jornalista, é de facto com uma empresa e não com uma pessoa singular e que se hoje a pessoa em causa é a mesma, pode deixar de ser no futuro.-----

Passando ao ponto número dois tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara, salientando o relatório financeiro, chamando a atenção para o facto de tirando os seiscentos e doze mil euros atrasados pelo governo, a dívida estaria nos nove milhões, no relatório e estaria nos oito milhões e oitocentos mil euros à data desta reunião. O senhor Deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o plano de pormenor de Oliveira, tendo este respondido sucintamente que o mesmo se devia a arranjos na zona nova e dando ainda a garantia que caso a escola venha a ser vendida, o campo de jogos permanecerá à disposição das crianças da freguesia. -----

Relativamente ao ponto três o Sr. Presidente da Câmara chamou a atenção para o facto de haver dívidas registadas nesse documento que já foram saldadas. Uma vez que nele constam os nomes de cidadãos lembrou que o mesmo deverá ser usado com contenção. Aberta a discussão o senhor Deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio passou a ler uma notícia de jornal, que se encontra em anexo, chamando a atenção para as multas que o atraso neste relatório pode provocar, respondendo o senhor Presidente da Câmara que o documento já está em Lisboa pois a DGAL exigiu o mesmo aprovado ou por aprovar. Pedindo a palavra o senhor Deputado Maximiano Pereira Correia diz que não faz sentido votar um documento que já foi enviado, não questionando o mesmo visto tratar-se de um documento técnico. Respondeu o senhor Presidente da Câmara que foi assim exigido e que para além disso foi pedido para baixar o endividamento quando o limite deste já baixou, pelo que não saberá bem onde isto irá parar. Passou a fazer uma breve apresentação do documento, salientando as perdas de receita e o facto de se estar a gastar quase tanto em despesas de capital como em despesas correntes, o que contraria a anterior gestão que praticamente só tinha despesas correntes. Afirmou que baixou em dois anos trezentos mil euros em despesas com o pessoal e em aquisição de bens e serviços, voltando a valores de dois mil e oito. Salientou ainda que a água está em dia e que a EDP também, o que não acontecia. Pedindo a palavra o senhor Deputado Maximiano Pereira Correia afirmou que o PSD iria votar favoravelmente, pois trata-se de um documento técnico. O senhor Presidente da Assembleia afirmou que não esperava que isto lhe acontecesse pois sente-se um figurante de uma democracia fantoche. É proposto a votação um documento cuja aprovação é uma das mais importantes funções que nos são destinadas e este já se encontra em Lisboa. Questionou se esta Assembleia deveria votar o mesmo, como se fosse normal estar a Assembleia diante deste facto consumado. O senhor Primeiro Secretário Pedro Carvalho Kendall questionou a utilidade prática desta situação pois trata-se de contas anuais e não trimestrais, sendo as datas das Assembleias Municipais de todo o país até ao final do mês e não correspondendo esta data a nenhum prazo importante, não se compreende esta data. Afirmou ainda que este é um documento técnico com leitura política pelo que a exigência de entrega deste documento até ao final do mês é absurda. O senhor Deputado Carlos Manuel Pombo Soares Silva afirmou que o documento enviado para Lisboa se trata de uma informação e que por isso em nada condiciona o sentido da votação, pelo que não vê nenhuma limitação para que se proceda à votação. Posto à votação o documento, foi aprovado por maioria com dezoito votos a favor e duas abstenções dos membros Pedro Carvalho Kendall (PS) e Eduardo Pereira Carvalho Sampaio (PSD). -----

Ponto número cinco: A mesa deu a palavra à munícipe Maria de Fátima Sarmento, que se manifestou relativamente à reorganização administrativa, destacando a importância das Juntas de Freguesia para o bem-estar das populações. A munícipe abordou também a descentralização do poder com o intuito de promover e dinamizar o desenvolvimento da região. Seguiu-se o munícipe Afonso Fonseca que sugeriu a criação de um movimento cívico apartidário no sentido de combater a desertificação do interior e falta de valores éticos, cívicos e morais da actual democracia. A mesa deu a palavra ao munícipe Hélder Ferreira que manifestou a sua preocupação relativamente à necessidade de emigração dos jovens em busca de uma oportunidade profissional, ambicionando que a sua empresa constitua uma mais valia para o município. Seguiu-se o munícipe Daniel Nascimento que questionou, qual o critério de aplicação de multas de estacionamento na Rua das Cerdeiras e na tentativa de perceber a postura de trânsito da vila de Mesão Frio. O senhor Presidente da Câmara Municipal reconheceu o problema e esclareceu que a postura de trânsito actual já existe há alguns anos, necessitando de ser actualizada e que já foram feitas várias diligências junto da GNR para clarificar esta questão, no sentido de não prejudicar o próprio comércio de Mesão Frio.-----

Não havendo mais inscrições o senhor Presidente da Assembleia pôs á votação a minuta da ata, que foi aprovada por unanimidade, encerrando a sessão pelas vinte e três horas e quarenta e quatro minutos.-----

Presidente:

Primeiro Secretário:

Segundo Secretário: